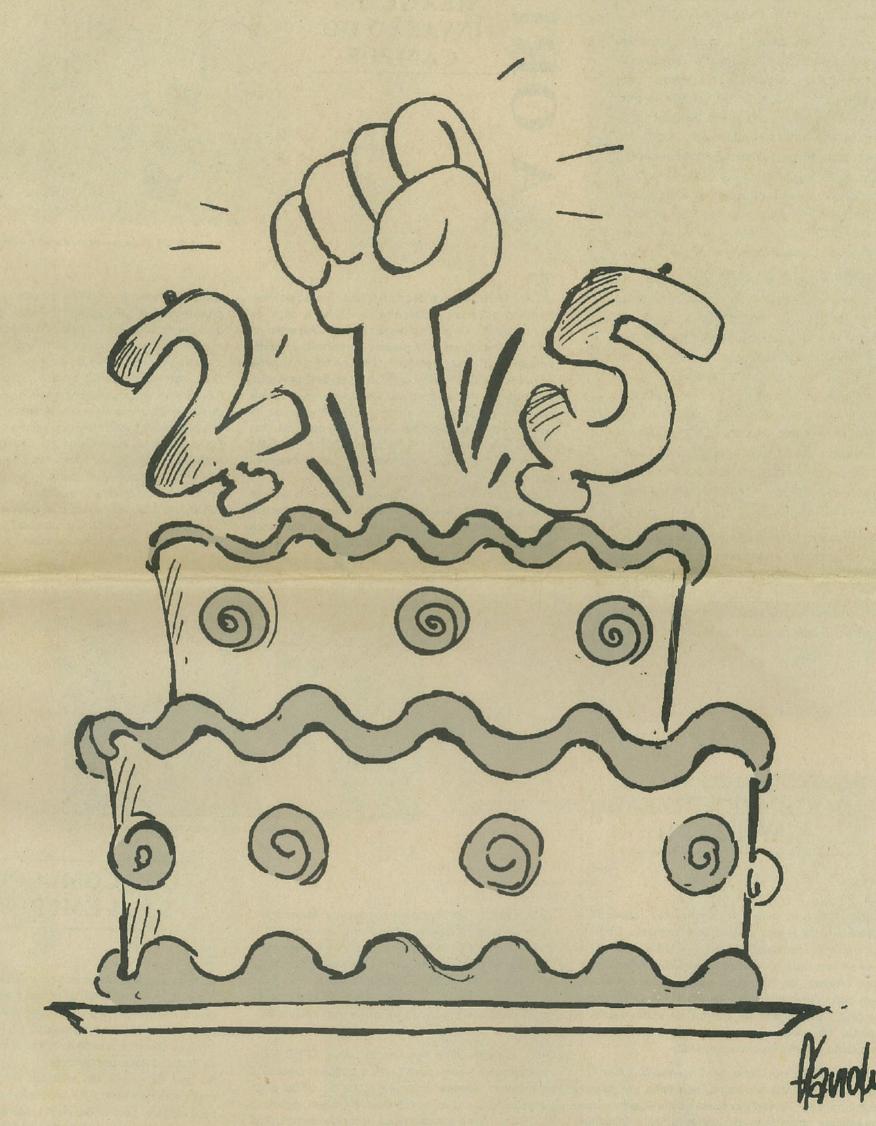


Edição Especial

Boletim da Associação dos Professores Universitários da Bahia - S.Sind. - Filiada à CUT - fevereiro/94



25 ANOS DE LUTA

A ORIGEM Pág. 2 e 3

CONSTITUIÇÃO Pág. 5

Pág. 6 e 7

GREVES

PUCRCE Pág. 10

Editorial

Aos 25 anos de fundação da APUB-SSInd, julgamos importante resgatar e consolidar a sua história, relembrando as vitórias obtidas ao longo deste período. Antigos boletins, atas e arquivos da entidade foram revistos. Os ex-presidentes foram entrevistados, dando seu depoimento sobre a evolução histórica desta Seção Sindical da ANDES-SN.

Nas páginas que se seguem, também são abordados origem e desenvolvimento do Sindicato Nacional, com estrutura original impar e cuja importância maior consiste em unificar lutas antes travadas isoladamente, o que aumentou a força de pressão do Movimento Docente; sua filiação à CUT e centrais sindicais internacionais. A articulação com os demais servidores públicos federais (SPFs) consolidou a perspectiva de luta mais coesa com a categoria.

A retrospectiva deste um quarto de século nos faz lembrar de tantas vitórias passadas, que consumiram muito de nossas energias. São exemplos a isonomia entre autarquias e fundações, em 1987; a derrubada do projeto GERES; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e o RJU, primeira ação conjunta com os SPFs. Hoje se empreende ações pela aprovação da LDB, não-privatização do Ensino Público e Isonomia entre os Três Poderes e entre as próprias IFES.

Nota-se, contudo, que o comportamento dos professores tem sido o mesmo no decorrer do tempo. Poucos comparecem às Assembléias Gerais "de rotina", enchendo os auditórios nos momentos de crise, como acontece nas greves. É o momento de parar, refletir e mudar esse quadro.

DOCENTES DIZEM SIM À APUB

ra 1978. Um grupo de professores, sentindo a necessidade de reorganização do Movimento Docente (MD) na UFBa, pensava em reabrir a APUB. Mas como saber se era essa a vontade majoritária? O professor Carlos Moreira, da Faculdade de Medicina, conta que foram distribuídos questionários em todas as Unidades pelo grupo para medir os anseios da comunidade. A resposta foi predominantemente Sim, queremos a Associação dos Professores de volta.

Uma assembléia no Clube de Engenharia (05/01/78) elegeu uma diretoria provisória, que tinha por missão reestruturara APUB, verificar se ela existia legalmente, se tinha estatuto, organizá-la administrativamente. O Instituto de Física teve um papel fundamental na reativação da Associação. De lá saiu grande parte dos docentes envolvidos na rearticulação do MD baiano, inclusive o presidente da diretoria provisória, Humberto Tannuri.

O recomeço não foi fácil. Apesar da vontade da maioria dos professores, haviam alguns que não acreditavam no sucesso da entidade. A APUB funcionava num laboratório de Física, um espaço mínimo, sem infra-estrutura. O reitor Augusto Mascarenhas não reconhecia a Associação, recusava-se a receber sua diretoria. Quando o fez, não assinou o convênio para o desconto em folha de pagamento das contribuições voluntárias dos associados, o que só aconteceu no reitorado de Macedo Costa.

ORIGEN

PROFESSORES
REAGEM À
INVASÃO DO
CAMPUS



A APUB dá os primeiros passos em defesa da Escola Pública.

Era 1968, auge da ditadura militar. Forças policiais invadem a Escola Politécnica da UFBa à caça de "comunistas". Os professores se rebelaram. Até então, os campi universitários eram respeitados em todo o mundo, invioláveis. Professores da Politécnica co-meçaram a se reunir. No terceiro encontro, fizeram um manifesto. Os docentes da Faculdade de Direito aderiram. Depois os de Medicina, Letras e, progres-sivamente, os de outras Unidades. Decidiram fazer uma grande plenária na Reitoria, aberta a todos os docentes da UFBa. Salão Nobre lotado, nascia a As-sociação dos Professores Universitários da Bahia, em 6 de agosto.

Para tornar-se associado, bastava assinar o livro de inscrições e comparecer às reuniões, que aconteciam cada vez em uma Unidade. Podiam se inscrever todos os professores universitários da Bahia, como estava expresso no nome da entidade. Mais da metade do

quadro docente da UFBa se associou, segundo o primeiro presidente da APUB, Guilherme Radel. E a maioria participou da passeata organizada pela APUB contra o regime miltar, ligada ao movimento de protesto nacional, que levou cem mil pessoas às ruas do Rio de Janeiro.

Guilherme Radel, 63 anos, ainda hoje professor da Politécnica, foi eleito por aclamação. Ele revela que o objetivo da criação da APUB era primordialmente defender os direitos humanos dos professores, que na época estavam sendo perseguidos. Os problemas específicos da Universidade - falta de professores, qualidade do ensino, pesquisa etc. - também já eram bandeiras da entidade.

Radel não sabe precisar o mês do fechamento temporário da APUB, em 1969. Ele conta que, com o recrudescimento do regime militar, o secretário e o tesoureiro da APUB, que conduziam a entidade junto com ele, foram obrigados a exilarem-se.



A democracia ocupa espaço do autoritarismo.

para exercer um mandato regular na Associação, salienta uma diferença fundamental entre a APUB antes e depois do fechamento. No final da década de 60, quando da fundação, professores catedráticos da UFBa estavam à frente do movimento. Dez anos depois, na reabertura, destacaram-se professores "colaboradores", recém-ingressos e sem vínculo definitivo com a Universidade.

Outra característica peculiar da nova APUB foi a abrangência. Nessa nova fase, a entidade passou a representar apenas os professores da UFBa e do Centec. Os da UCSal se retiraram e criaram, depois, a ADUCSal. Mas a característica essencial da APUB foi mantida: a entidade é um ponto de encontro de todos os professores, independentemente de formação ideólogica ou político-partidária.

Em 80, veio a primeira greve nacional depois do golpe militar de 64. Professores das Universidades Federais de todo o país cruzaram os braços, reivindicando melhores salários e condições de trabalho. A coordenação nacional estava sediada em Goiânia. A partir daí, a criação da Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior (Andes) era irreversível, o que acabou acontecendo no ano seguinte, num congresso em Campinas (SP). Há muito se discutia nas reuniões anuais da SBPC a por nização do MD

TUDO COMEÇOU NUMA SALA EMPRESTADA

o início, a APUB funcionava na sala do Departamento de Hidráulica e Saneamento da Escola Politécnica, onde Radel é lotado. As reuniões aconteciam nas várias unidades da UFBa e a entidade não tinha empregados. Na reabertura, em 79, não foi muito diferente. A sede da APUB era numa sala do Instituto de Física dividida por tabiques.

No final da gestão de Joviniano Neto, em 84, as coisas melhoraram um pouco. A Associação foi transferida para uma casa alugada pela UFBa, na Rua Marechal Floriano, Canela. Na gestão seguinte, de João Augusto Rocha, a APUB chegou à atual sede, na Rua Padre Feijó.

A casa, de propriedade da UFBa, até então servia de sede ao departamento do Serviço Nacional de Informação (SNI) responsável pelo patrulhamento ideológico de professores, alunos e servidores. Ironicamente, passava a abrigar a entidade que mais lutou pela democratização da UFBa. Há poucos meses, a Associação firmou com a Reitoria um convênio que prevê a permanência da Associação nessa casa por dez anos, prorrogáveis por mais dez.

Hoje a APUB conta com a dedicação de onze funcionários e uma contadora. Oferece assessoria jurídica trabalhista aos associados, convênios com estabelecimentos culturais, comerciais e empresa de seguro-saúde, serviços de xerox,

CONSTRUINDO A HISTÓRIA DO PAÍS

Professores universitários organizados em todo o país sentiam a necessidade de estruturar o conjunto do MD. No final da década de 70, as reuniões nacionais da SBPC eram o palco de aglutinação das lideranças estaduais. Era ponto pacífico a criação de uma entidade nacional, para coordenar e unificar os encaminhamentos nas bases, traçar as diretrizes do movimento.

A greves de 80 e 81, com comandos nacionais formados por delegações das associações docentes locais, contribuíram para reafirmar a intenção. O Congresso Nacional de Professores Universitários, realizado em 81, criou a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior - ANDES, fundada por 60 ADs, entre elas a APUB.

A ANDES já nasceu com uma concepção sindical, apesar de apenas ter podido se tornar um sindicato de direito a partir da promulgação da Carta Magna de 88. O registro definitivo veio em 1º/03/90. A transformação da APUB em Seção Sindical se deu oficialmente nove meses depois.

Aos doze anos devida, hoje a ANDES-SN se afirma como uma das mais importantes forças sociais organizadas e ativas, sempre em defesa da Educação pública, gratuita, laica, competente e de qualidade. Durante todo esse tempo, tem marcado presença na luta contra o projetos privatizantes dos governos brasileiros, o esfacelamento do Serviço Público e, particularmente, das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Tudo isso numa interação madura das bases.

Assim a ANDES combateu o GERES, os "laboratórios associados", a GRIPE, o contingenciamento de verbas e vem lutando pela adequação de recursos humanos e materiais ao padrão de qualidade proposto para a Universidade (leia nas páginas seguintes). Todo esse trabalho, na avaliação do MD, tem impedido que as IFES sejam privatizadas ou fechadas.

Da mesma forma, a ANDES conquistou o PUCRCE, em 87, e o RJU, em 90, junto com os demais SPFs. Muitos meses antes do *impeachment*, o Sindicato Nacional pedia a saída de Collor, denunciando sua política neoliberal. Segue hoje pressionando o Congresso Nacional para a aprovação da LDB e pela não realização da Revisão Constitucional.

A filiação da ANDES à Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação Internacional dos Educadores (FISE), Confederação Mundial de Sindicatos de Profissionais de Ensino (CMOPE) e Confederação dos Educadores da América (CEA) representou um passo decisivo para a conquista da sua maioridade. Mas ainda há muito o que crescer.

CARREIRA ÚNICA NAS BASES DO MOVIMENTO DOCENTE

A Carreira e a Capacitação Docente são preocupações históricas do Movimento Docente. A plenária do V CONAD (Belo Horizonte, 1982) colocou a construção de uma carreira unificada para os professores universitários brasileiros como um dos nortes da busca do Padrão Único de Qualidade. Em 85, o X CONAD (Olinda) aprovou a Proposta das Associações de Docentes e da ANDES, onde se destacam os princípios fundamentais para a constituição da Carreira: ela deve ser única e vinculada a uma política de capacitação, observadas a isonomia salarial e a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, além de se estruturar em categorias definidas a partir das atribuições e responsabilidades acadêmicas.

Com o PUCRCE, em 87, os professores das Universidades Federais conseguiram unificar suas carreiras, mas só há pouco tempo os docentes das Estaduais e Particulares vêm despertando para a questão. Em 90, um seminário sobre o tema realizado durante o XXII CONAD (Campo Grande) resultou na criação de um Grupo de Trabalho para reativar e sistematizar as discussões sobre a Carreira no MD. O XI Congresso da ANDES-SN (Cuiabá, 1992), resgatando decisões anteriores do Movimento, aprovou catorze princípios básicos para a Carreira Única.

Um ano depois, o XII Congresso (Manaus, 1993) aprovou uma proposta básica de estrutura para a formulação de uma proposta de Carreira Única, vinculando-a ao Plano de Capacitação. Neste momento, as bases do MD estão estudando diretrizes para um Plano Nacional de Capacitação Docente e para uma Política de Transição da atual Carreira para a estrutura aprovada pelo XII Congresso.



O V Congresso da ANDES, em janeiro de 86, foi sediado pela APUB.

PROPOSTA DA ANDES PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

(apresentada ao MEC em 1982)

Manutenção e ampliação do ensino público e gratuito.
 Autonomia e funcionamento democrático da Universidade.

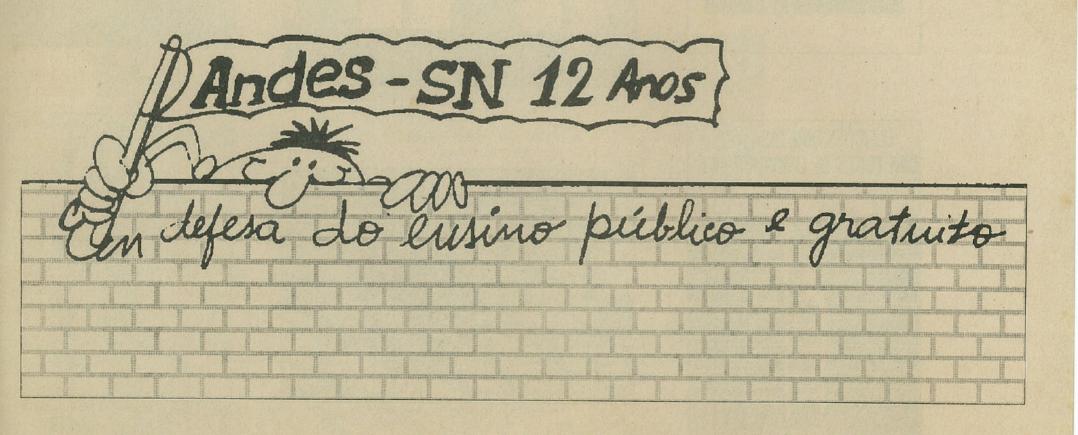
 Autonomia e funcionamento democrático da Universidade, com base em colegiados e cargos de direção eletivos.

3. Estabelecimento de um padrão de qualidade para o Ensino Superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas Universidades.

4. Dotação de recursos públicos e orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas.

 Criação de condições para adequação da Universidade à realidade brasileira.

6. Garantia de liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a Universidade.













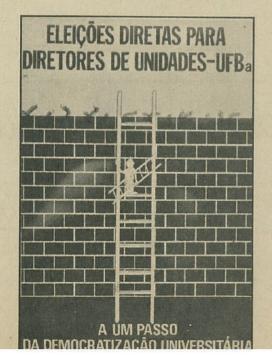










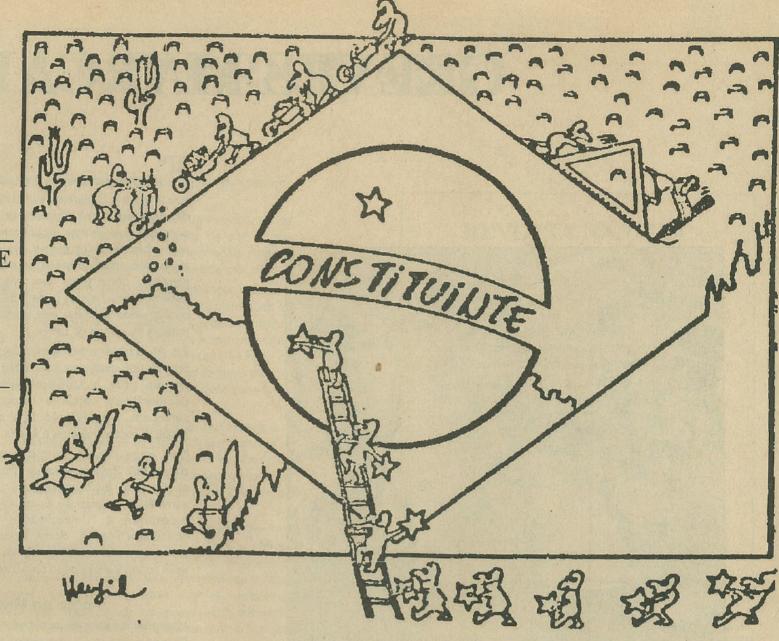








"CONSTITUINTE SEM POVO NÃO CRIA NADA DE NOVO"



slogan dos movimentos populares reflete bem o espírito da ANDES na luta por uma nova Constituição. Finda a campanha "Diretas Já", a sociedade civil organizada passou a se articular. Nos primeiros meses de 86, eram criados os Comitês Pró-Constituinte em vários Estados e Municípios.

Num primeiro momento, o trabalho da ANDES e de outras entidades era mobilizar a população de maneira ampla.

Denunciando o autoritarismo que dominou a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Procurando neutralizar "caixinhas" dos grandes empresários, que tentavam dominar a Assembléia. Desenvolvendo propostas que atendessem aos interesses majoritários. Organizando os Comitês Pró-Constituinte. No campo específico, a ANDES ajudou a criar o Comitê de Educadores Pró-Constituição Popular, sediado em São Paulo.

A ANDES pedia a extinção do imposto sindical, baseando-se no princípio da sustentação voluntária das entidades pelas categorias, e o direito dos SPFs à sindicalização. Para a construção de uma nova estrutura sindical no país, democrática e desatrelada.

PRESSÃO SINDICAL GARANTE RJU

De 1987, na Assembléia Constituinte, a abril de 91, quando da derrubada dos vetos, os Servidores Públicos Federais (SPFs) estiveram mobilizados em torno da consolidação de um regime jurídico que unificasse os servidores celetistas (regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho) e estatutários (regidos pelo estatuto do Funcionalismo Público). Garantido o Regime Jurídico Único (RJU) na Carta de 88, coube aos SPFs a luta para transformar o dispositivo constitucional em lei.

A Constituição estabelecia que o RJU deveria estar em vigor a partir de abril de 90. Faltavam poucos dias para este prazo expirar, quando o então presidente, José Sarney, enviou um projeto de lei ao Congresso Nacional, que só começou a apreciá-lo sete meses depois.

Enquanto o Fórum de Entidades Representativas dos SPFs buscava negociar com parlamentares e governo a inserção de pontos de seu interesse no projeto, o presidente Fernando Collor enviou novo projeto à Câmara dos Deputados, rejeitado porque o projeto anterior estava em adiantada tramitação. No Senado, o projeto de Sarney foi trocado por um substitutivo, misto do antigo Estatuto do Funcionalismo e dos projetos apresentados por Sarney e Collor.

A Câmara não acatou o substitutivo do Senado. Os SPFs, então, passaram a lutar pelo resgate do projeto de Sarney, no qual haviam conseguido garantir o direito à sindicalização, mandato classista, negociação coletiva e outras reivindicações históricas. A ANDES-SN teve um papel fundamental nesse processo, confeccionando e distribuindo textos, promovendo seminários e debates, reativando as discussões sobre a necessidade de um RJU democrático.

Fruto dessas negociações entre parlamentares, governo e SPFs, finalmente a Lei 8.112 foi aprovada. Mas o governo desrespeitou o acordo, sancionando, no dia 11 de dezembro de 1990 (oito meses depois do prazo constitucional), a nova lei com onze artigos vetados. A resposta dos SPFs foi mais trabalho de pressão junto aos parlamentares e paralisação nacional de dois dias. O resultado: pela primeira vez na história, vetos mais significativos foram derrubados graças ao trabalho do movimento sindical organizado.

Insatisfeito, o governo começou a editar as "Instruções Normativas", na tentativa de retirar conquistas garantidas no RJU, a exemplo da estabilidade. As novas normas feriam a autonomia da instituições, davam margem a várias interpretações

DESTAQUE PARA O ENSINO PÚBLICO NA LDB

Garantir a gratuidade e a qualidade da Escola Pública em todos os níveis na nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação brasileira é objetivo perseguido pelo Movimento Docente há mais de cinco anos. Promulgada a Constituição de 88, travou-se um grande debate nacional entre a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB. Das discussões, surgiram dois substitutivos ao projeto original apresentado pelo deputado Otávio Elísio, ambos do relator da Comissão de Educação da Câmara, deputado Jorge Hage.

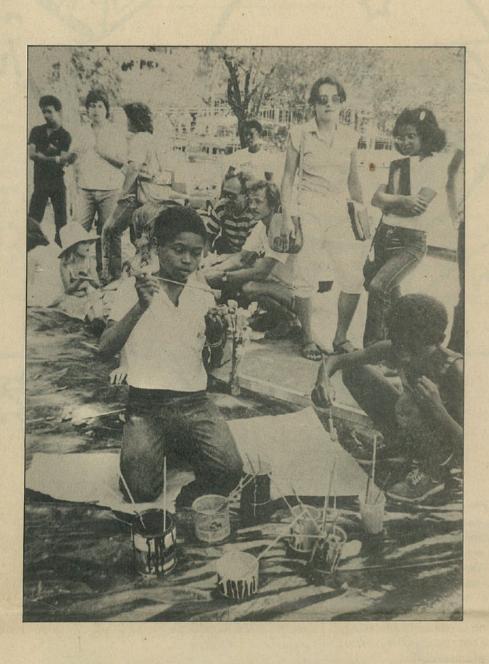
O segundo substitutivo foi aprovado, em 1990, pela Comissão de Educação e acolhido pelas Comissões de Finanças e Justiça da Câmara, mas, com a proximidade das eleições para o Congresso, o Plenário não votou o projeto. Na eleições, houve grande percentual de renovação dos parlamentares, o que fez com que as negociações retornassem à estaca zero.

Em junho de 91, a LDB foi colocada em pauta de votação, com regime de urgência aprovado. O projeto recebeu 1.263 emendas. Em conseqüência, a LDB voltou para as comissões da Câmara, para novo parecer técnico. Por causa do regime de urgência, tentou-se uma tramitação paralela nas comissões, mas não foi possível. Criou-se, então, uma Comissão Interpartidária, que não conseguiu chegar a um consenso.

Em maio de 92, o Congresso retirou a LDB da pauta de prioridades. O Fórum pediu revisão do calendário. Na falta da Lei de Diretrizes, o governo incluiu no orçamento da União itens do "Modelo de Financiamento das IFES", proposto antes pelo MEC. Baseado em numa sucessão de fórmulas para cálculo de números ideais para o funcionamento das Universidades Federais, o "Modelo" aglutinava elementos do GERES e de outros projetos nocivos às IFES rechaçados pelo MD.

De novo, em agosto de 92, o Congresso aprovou o regime de urgência urgentíssima para a tramitação do projeto de LDB. Até hoje a lei não foi aprovada, apesar dos esforços do Fórum, do qual a ANDES-SN é parte integrante e ativa. Teme-se que se repita a história. A atual LDB. Lei nº 4.024/61, ficou quinze apos vegendo no

GREVES MARCARAM A HIS



Foram os professores de Ensino Superior os primeiros que tiveram a iniciativa de fazer uma greve nacional sob a ditadura, em 1980. Enfrentando ameaças dos militares, conquistaram vitórias significativas e se transformaram num exemplo para outras categorias. O pioneirismo também se deu no modo de organização do movimento grevista, construído num processo democrático. As assembléias locais de cada IFES apontavam as diretrizes do Comando Nacional, que, por sua vez, decidia por ampla maioria os rumos da greve.

Em 81, a história se repetiu. Os professores cruzaram os braços por melhores condições de trabalho (salários e verbas para a Universidade) e pelas liberdades democráticas, inclusive democratização das IFES e autónomia. A paralisação de 82 consolidou a estrutura da ANDES, recém-nascida à época.

Dois anos depois, surgiu a proposta de "greve de ocupação". Em vez de se esvaziar as instituições durante os 84 dias de paralisação, promoveram-se cursos, seminários, palestras e mostras em todo o país. Na Bahia, repetiu-se a "Universidade na Praça". A "greve acadêmica" de 84, como ficou conhecida mais tarde, conquistou a simpatia da opinião pública, ao provar que essa forma de luta pode ser extremamente produtiva.

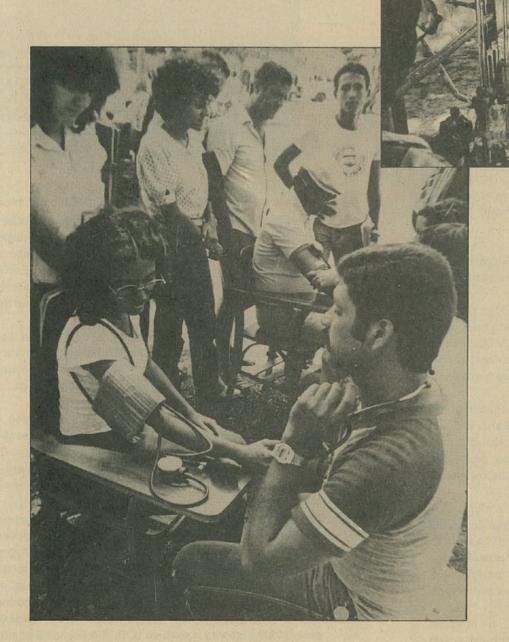
Força do Movimento

Mais greves nacionais se sucederam em 85, 87, 89, 91 e 93. Graças a elas as Universidades Federais ainda não foram privatizadas ou ci salários, os profes ceiros para o custe Extensão compatív pela ANDES.

O nível de organ manifestações sen capacidade de mot e até mexeu nas el 91 houve troca dos A paralisação de 9 MD. Até aquele r isoladas do conjunt em 90, e os ata intensificados no g perfil do moviment necessidade de un avaliando que a u imprescindível para

Em Salvador, foran Inspirados no antig realizaram o "Sen passeata no desfili pela população. Pi grande evento au

No início da década de 80, os professores levam a Universidade à praça.



Em 91, junto com os SPI

TÓRIA DA UNIVERSIDADE

garam ao caos absoluto. Além de res sempre exigiram recursos finandas atividades de Ensino, Pesquisa e s com o padrão de qualidade proposto

ação e o caráter democrático das re marcaram a trajetória do MD. Sua zação impulsionou decisões políticas uturas de poder. Nas greves de 81 e finistros da Educação.

representou um marco na história do mento, as greves nas IFES eram do funcionalismo federal. Com o RJU, es sistemáticos ao Serviço Público erno Collor, houve uma mudança de Os professores começaram a sentir ação conjunta com os demais SPFs, dade com os outros servidores era nanter a força de sua luta.

eve nas ruas

númeras as manifestações conjuntas.
"Universidade na Praça", os SPFs
p Público na Praça" e saíram em
lo Dois de Julho, sendo aplaudidos
icamente todas as sextas-feiras um
ntecia. A Lavagem do Bonfim foi

reproduzida, ocupando a primeira página de todos os jornais da cidade.

O estopim desta greve foi uma Medida Provisória que concedia reajustes diferenciados para os servidores, excluindo mais de 40 mil deles da correção salarial, inclusive docentes e técnico-administrativos das IFES.

Aproposta do governo para o fim da paralisação mantinha os reajustes diferenciados, aumentava as distorções do PUCRCE, concedia uma antecipação de reajuste menor que a inflação dos dois meses de greve e tentava mudar artigos do RJU. Discriminados e insastifeitos, os professores foram obrigados a continuar parados mesmo depois das outras categorias de SPFs terem voltado ao trabalho.

O MEC se negava a colocar no papel as promessas que fazia, nessa segunda etapa da greve. "Quem assume o que diz assina em baixo", cobrava em coro o MD. No final, os professores de 3º grau ganharam nova correção de distorções salariais, mas os de 1º e 2º graus tiveram de esperar quase um ano.

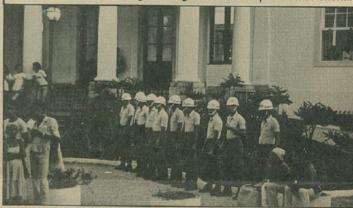
Essa foi a greve mais longa da história do MD. Por 110 dias, os professores se mantiveram firmes e fortes, protestando contra a política desastrosa do governo Collor para as Universidades. Mas foi a greve de 93 que consolidou a unidade com os SPFs. Com ela, as perdas salariais acumuladas ao longo dos anos foram ligeiramente atenuadas e garantiu-se uma política salarial, ainda que insatisfatória.

REVOLTA NA UFBa

Nunca um reitor foi recebido com tanta revolta pela comunidade da UFBa. Professores, alunos e funcionários pararam a Universidade quando Rogério Vargens, quinto colocado na eleição direta de 88 (com menos votos que a soma dos nulos e brancos), foi nomeado reitor. Era uma luta pela democratização da Instituição. A comunidade exigia que sua vontade fosse respeitada, através da nomeação do primeiro colocado. No caso, a Prof[®]. Eliane Azevedo.

Uma vigília na Reitoria foi organizada, impedindo, temporariamente, a posse do novo reitor, caracterizado pela comunidade como "interventor". Durante um mês, tempo de duração da greve, foram discutidos intensamente os princípios da ANDES para a escolha dos dirigentes das IFES em todas as instâncias (do Reitor aos chefes de Departamento) e a autonomia universitária. Indiferente aos protestos, Rogério Vargens não renunciou, dando início a um período longo de autoritarismo e incompetência administrativa

Rogério Vargens colocou a polícia na Reitoria.



UNIVERSIDADE NA PRAÇA

Integrar a Universidade à comunidade, num intercâmbio de idéias e informações. A greve de 1980 conseguiu concretizar esse difícil objetivo que norteia a atividade acadêmica. No dia 28 de novembro, os docentes da UFBa transformaram o Campo Grande em *Campus Grande*, levando o cotidiano da Universidade à praça. A participação dos docentes foi massiva. A resposta da população, a melhor possível.

Na barraca de Odontologia, o público recebia noções de higiene bucal e aprendiá como melhorar a conservação dos dentes. Nas de Medicina, Enfermagem e Nutrição, ouvia palestras sobre atendimento de emergência e primeiros socorros. Professores de Belas Artes acompanhavam os desenhos das crianças. A repercussão foi excelente. Não faltaram elogios na Imprensa, que ressaltou a importância de iniciativas dessa natureza.



embram a segunda maior manifestação popular de Salvador.

ARCARAM A HISTÓRIA DA UNIVERS

oram os professores de Ensino Superior os primeiros que tiveram a iniciativa de fazer uma greve nacional sob a ditadura, em 1980. Enfrentando ameaças dos militares, conquistaram vitórias significativas e se transformaram num exemplo para outras categorias. O pioneirismo também se deu no modo de organização do movimento grevista, construído num processo democrático. As assembléias locais de cada IFES apontavam as diretrizes do Comando Nacional, que, por sua vez, decidia por ampla maioria os rumos da greve.

Em 81, a história se repetiu. Os professores cruzaram os braços por melhores condições de trabalho (salários e verbas para a Universidade) e pelas liberdades democráticas, inclusive democratização das IFES e autónomia. A paralisação de 82 consolidou a estrutura da ANDES, recém-nascida à época.

Dois anos depois, surgiu a proposta de "greve de ocupação". Em vez de se esvaziar as instituições durante os 84 dias de paralisação, promoveram-se cursos, seminários, palestras e mostras em todo o país. Na Bahia, repetiu-se a "Universidade na Praça". A "greve acadêmica" de 84, como ficou conhecida mais tarde, conquistou a simpatia da opinião pública, ao provar que essa forma de luta pode ser extremamente produtiva.

Força do Movimento

Mais greves nacionais se sucederam em 85, 87, 89, 91 e 93. Graças a elas as Universidades Federais ainda não foram privatizadas ou chegaram ao caos absoluto. Além de salários, os professores sempre exigiram recursos financeiros para o custeio das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão compatíveis com o padrão de qualidade proposto pela ANDES.

O nível de organização e o caráter democrático das manifestações sempre marcaram a trajetória do MD. Sua capacidade de mobilização impulsionou decisões políticas e até mexeu nas estruturas de poder. Nas greves de 81 e 91 houve troca dos Ministros da Educação.

A paralisação de 91 representou um marco na história do MD. Até aquele momento, as greves nas IFES eram isoladas do conjunto do funcionalismo federal. Com o RJU, em 90, e os ataques sistemáticos ao Serviço Público intensificados no governo Collor, houve uma mudança de perfil do movimento. Os professores começaram a sentir necessidade de uma ação conjunta com os demais SPFs, avaliando que a unidade com os outros servidores era imprescindível para manter a força de sua luta.

Greve nas ruas

Em Salvador, foram inúmeras as manifestações conjuntas. Inspirados no antigo "Universidade na Praça", os SPFs realizaram o "Serviço Público na Praça" e saíram em passeata no desfile do Dois de Julho, sendo aplaudidos pela população. Praticamente todas as sextas-feiras um grande evento acontecia. A Lavagem do Bonfim foi

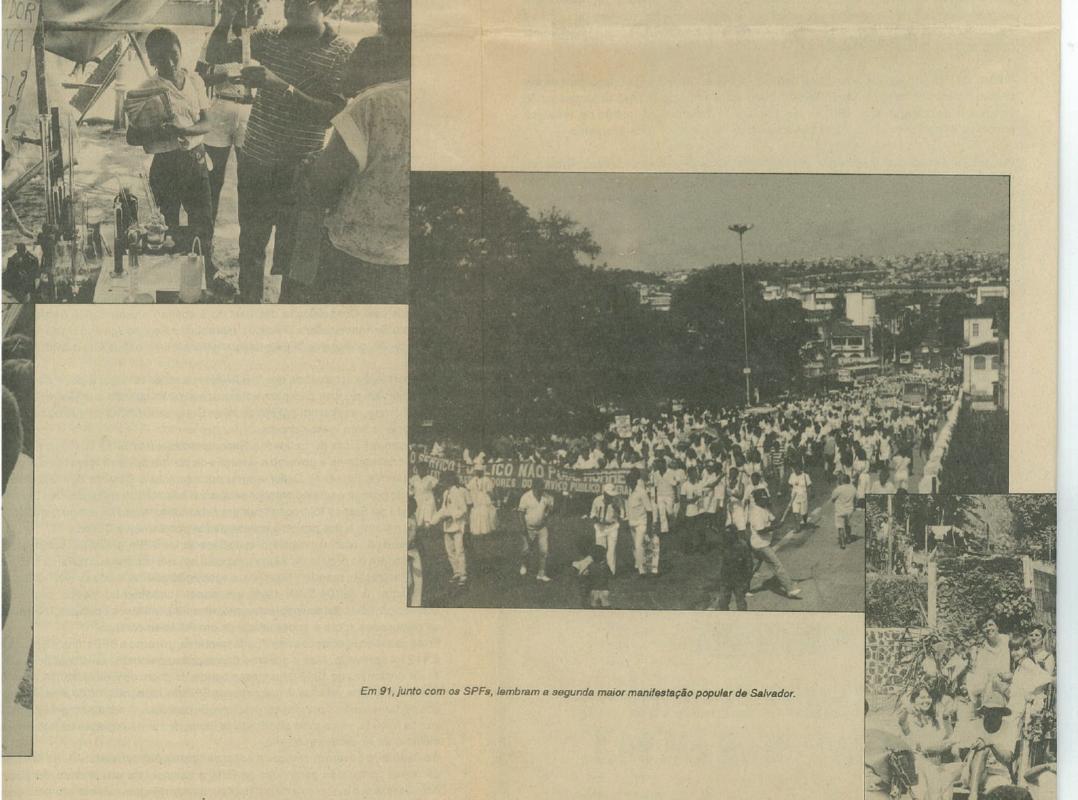
reproduzida, ocupando a primeira página de todos os jornais da cidade.

O estopim desta greve foi uma Medida Provisória que concedia reajustes diferenciados para os servidores excluindo mais de 40 mil deles da correção salarial inclusive docentes e técnico-administrativos das IFES.

A proposta do governo para o fim da paralisação mantinha os reajustes diferenciados, aumentava as distorções do PUCRCE, concedia uma antecipação de reajuste meno que a inflação dos dois meses de greve e tentava muda artigos do RJU. Discriminados e insastifeitos, os professores foram obrigados a continuar parados mesmo depois das outras categorias de SPFs terem voltado ao trabalho.

O MEC se negava a colocar no papel as promessas que fazia, nessa segunda etapa da greve. "Quem assume o que diz assina em baixo", cobrava em coro o MD. No final, os professores de 3º grau ganharam nova correção de distorções salariais, mas os de 1º e 2º graus tiveram de esperar quase um ano.

Essa foi a greve mais longa da história do MD. Por 110 dias, os professores se mantiveram firmes e fortes protestando contra a política desastrosa do governo Collor para as Universidades. Mas foi a greve de 93 que consolidou a unidade com os SPFs. Com ela, as perdas salariais acumuladas ao longo dos anosforam ligeiramento atenuadas e garantiu-se uma política salarial, ainda que insatisfatória.



UM GOVERNO CONTRA A UNIVERSIDADE PÚBLICA

O governo Collor chegou mostrando a que veio. Logo atacou o Serviço Público, alardeou deficit orçamentário e excesso de servidores. Anunciou uma reforma administrativa baseada no corte de 30% dos quadros de pessoal, entre demissões e disponibilidades. Segundo o governo, essa medida, associada ao programa de privatização, possibilitaria o enxugamento da máquina estatal. Mais tarde, ficou provado que tudo não passava de estratégia de marketing. O prejuízo do Tesouro com as disponibilidades foi estampado nas páginas dos jornais.

Caso se concretizasse o corte de 30% nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o caos se instalaria. Na UFBa, isso representaria a suspensão de várias atividades. Por exemplo, fechariam as portas o Museu de Arte Sacra, o CEAO, o Museu Afro-Baiano e ficaria prejudicado o atendimento médico-odontológico à população carente.

A intervenção do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)

FORACOLA

A ANDES pedia o impeachment de Collor desde janeiro de 92.

A PSEUDO-ISONOMIA DOS SPFs

Diário Oficial da União, edição de 22/07/92, publicou a Lei nº 8.440, que supostamente regulamentava o princípio constitucional da isonomia salarial entre os Três Poderes. Menos de uma semana depois, uma lei delegada deu ao Executivo plenos poderes para distribuir "gratificações" às categorias, de acordo com sua vontade. No mês seguinte, a Lei Delegada nº 13, comprovou a farsa da isonomia, publicando as tabelas de correções salariais, nas quais, por exemplo, os vencimentos de um professor Auxiliar 1, 40h, estavam abaixo dos demais profissionais de nível superior no Serviço Público em idêntico regime de trabalho.

Em setembro, saiu a Lei Delegada nº 14, para corrigir as "distorções" da Lei 8.440/92, estendendo a Gratificação de Atividade Executiva (GAE) de 160% para algumas categorias. Novamente os SPFs das IFES não foram contemplados, permanecendo com os 80% iniciais. A GAE, por si só, já era discriminatória. Além de índices diferenciados para as instituições, os professores estrangeiros das Universidades Federais não foram beneficiados (só receberam após intervenção da ANDES-SN). Hoje, a isonomia inexiste mesmo entre as IFES, devido a ganhos judiciais de algumas ADs sobre passivos

foi catastrófica - a dispensa de pessoal foi trocada pela criação de 126.500 novas vagas para alunos, sem qualquer contrapartida em recursos humanos e materiais.

Projetinho

As Universidades Federais se tornaram a "principal causa" da crise educacional do país, segundo governo. Houve inúmeras tentativas de puni-las por isso. O governo Collor chegou a formalizar uma proposta de privatização das IFES. Em 91, lançou a "Proposta de uma nova política para o Ensino Superior", mais conhecido como "Projetinho", por integrar o "Projeto de Reconstrução Nacional".

O "projetinho" previa o fim do Ensino Superior gratuito, ao tentar instituir o "Serviço Civil Obrigatório". Por esta concepção, o aluno que, ao final do curso, não pudesse restituir ao Estado o dinheiro investido em sua formação universitária, trabalharia de graça num local apontado pelo governo e por um tempo pré-determinado. Depois de formado, o estudante deveria se submeter, ainda, a um exame de qualificação profissional, que, no mínimo, colocava em xeque a qualidade do ensino oferecido nas Universidades.

Além disso, estabelecia que as IFES deveriam buscar na iniciativa privada os recursos para se sustentarem, numa reedição do GERES. O "projetinho" foi rechaçado pela comunidade universitária de todo o país, inclusive na UFBa, onde a APUB promoveu o debate sobre o assunto.

Emendão

Collor lançou, ainda em 91, o "Modelo de Financiamento das IFES" e a "Política Nacional para o Ensino Superior". Tentou, também, antecipar a revisão constitucional, através do "emendão", cujo objetivo era viabilizar a implantação do projeto neoliberal. Um dos efeitos foi a evasão de professores.

Foram centenas de docentes qualificados, em todo país, que deixaram a Universidade ainda jovens, plenamente maduros para oferecer o melhor à Universidade, que investiu durante anos no preparo desses profissionais. Naquele ano, a UFBa recebeu uma média de 34 pedidos de aposentadoria por mês.

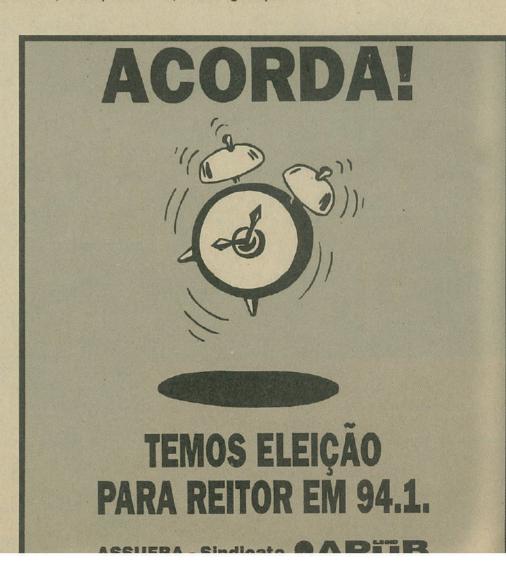
UNIVERSIDADES FORA DO SERVIÇO PÚBLICO

a esteira do "emendão", vieram mais dois ataques à Carta Magna: o PL 125/91, da deputada Rita Camata, e a Proposta de Emenda Constitucional nº 56 (PEC 56-B). O PL 125/91, aprovado no Congresso, estabelecia que as despesas com pessoal não poderiam ultrapassar 60% das receitas correntes líquidas da União, sem definir o que seriam essas receitas. O art. 189 da Constituição de 88 prevê que as despesas da União com a remuneração do funcionalismo podem chegar a 65% das receitas correntes.

Pelas contas da ANDES-SN, os 60% propostos por Rita Camata representavam aproximados 34% das *receitas correntes*. À época, o gritante arrocho salarial acumulava perdas de 561% apenas no governo Collor e a folha de pagamento dos SPFs consumia cerca de 32% daquelas receitas.

A base da PEC-56 era a mudança da natureza jurídica das IFES, que deixariam de ser unidades autônomas do Serviço Público (autarquias e fundações), para se tornàrem não se sabe o quê. Segundo a PEC, as IFES teriam "autonomia" na gestão de recursos humanos e financeiros, mas continuariam sem poder escolher seus dirigentes.

Por gestão de recursos financeiros, entende-se a busca destes na iniciativa privada, ou seja, uma nova edição do GERES. Isso implicava riscos para conquistas importantes do MD, como o PUCRCE, estabilidade, isonomia entre as IFES e aposentadoria integral e paritária. O mais grave, porém, é que, com a mudança da natureza jurídica das Universidades Federais, professores e servidores técnico-administrativos deixariam de ser SPFs e, conseqüentemente, de ser regidos pelo RJU.



VONTADE RESPEITADA

professora Eliane Azevedo para a Reitoria. Ao mesmo tempo em que via o princípio democrático do Movimento Docente concretizado, a APUB-SSind cobrava da nova administração eleições diretas para Vice-Reitor e diretores de Unidades, instalação da estatuinte e compromisso com o ensino público, gratuito e de qualidade e com a defesa intransigente da autonomia universitária.

Com a renúncia da professora Eliane Azevedo, em 23/09/93, instalou-se uma nova discussão na comunidade universitária. A Assembléia geral da APUB-SSind, reunida em 20/10/93, decidiu que deve haver eleições para provimento do cargo de Reitor no primeiro semestre letivo de 1994. No início de janeiro deste ano, junto com a ASSUFBa-Sindicato, a entidade convocou à comunidade, através de Carta Aberta, para deflagrar o processo eleitoral.

À MARGEM DA LEI

o semestre 91.1, turmas de várias disciplinas estavam sem aulas por falta de professores, porque a nomeação dos concursados custava a sair. Em julho, a Superintendência Acadêmica solicita ao MEC a contratação de docentes "emergenciais", figura criada pelo Conselho de Coordenação da UFBa. A exemplo dos "colaboradores" do final da década de 70, os emergenciais são uma anomalia na Universidade, ao ponto de não existirem juridicamente. Não têm os mínimos direitos trabalhistas e estão fora do RJU. São prestadores de serviço, cujo contrato é regulado pelo Código Civil.

A APUB-SSind requereu à Reitoria o pagamento dos direitos decorrentes da titulação desses professores, que até então não os vinham recebendo. Atendida essa reivindicação, foi solicitado o cumprimento de todos os demais direitos trabalhistas (FGTS, 13°, férias etc.), mas o Conselho de Coordenação não deu resposta. A Assessoria Jurídica da APUB-SSind, então, entrou com recurso administrativo. Até hoje não houve decisão sobre o assunto.

Estrangeiros

Foi preciso que a Assessoria Jurídica da APUB-SSind entrasse com um processo junto à UFBa para que os docentes estrangeiros auferissem todos os direitos definidos pelo RJU, a exemplo da aposentadoria integral e paritária. No mesmo processo, a APUB-SSind solicitou que fosse suspensa a proibição de os estrangeiros participarem de concursos para ingresso na Universidade. Após ouvir a Procuradoria da instituição, o Conselho Universitário julgou favoravelmente o processo.

A ERA VARGENS

s temores da comunidade infelizmente foram confirmados. A UFBa viveu, nos quatro anos da administração de Rogério Vargens, um período de desmandos e autoritarismo. Foi um período de muito trabalho para a APUB, que se manteve o tempo todo vigilante.

As progressões docentes e os afastamentos para pós-graduação fora de Salvador ficaram emperrados. Três Unidades sofreram intervenção: Dança, Comunicação e Música. Em janeiro de 92, depois da promulgação do RJU, os docentes quase ficaram sem férias, pela leitura que a Reitoria fez da nova lei. A todo momento, direitos garantidos pela legislação vigente corriam o risco de ser agredidos.

Insatisfeito com isso, Vargens foi mais longe: tentou asfixiar os sindicatos da UFBa. Em novembro de 90, simplesmente suspendeu o desconto em folha das contribuições voluntárias dos associados. O tiro saiu pela culatra. No caso da APUB-SSind, enquanto o mandado de segurança impetrado pela Assessoria Jurídica da entidade corria na Justiça, a maioria dos filiados procurou a Associação para autorizar que a mensalidade fosse diretamente descontada de suas contas correntes. Muitos docentes que ainda não integravam a entidade buscaram se filiar como forma de protesto à arbitrariedade do reitor.

Era a prova definitiva de que os professores da UFBa jamais vão deixar a APUB morrer.

ELEIÇÕES DIRETAS PARA
DIRETORES DE UNIDADES-UFBa.

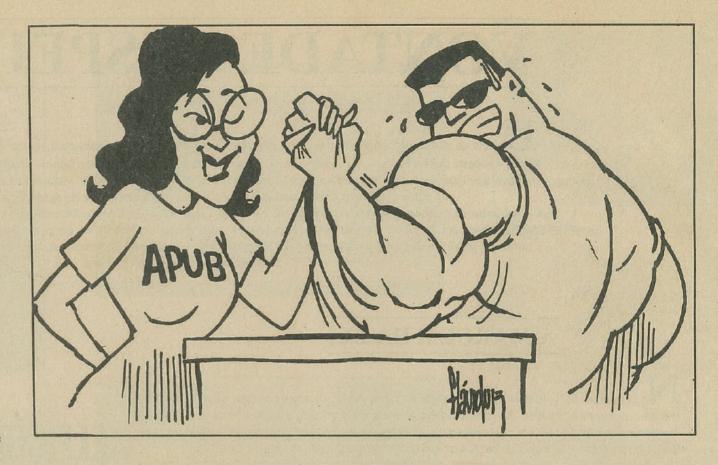
A UM PASSO
DA DEMOCRATIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA



DISCRIMINAÇÃO E FALSA AUTONOMIA

projeto Grupos Executivos do Ensino Superior (GERES) pretendia estabelecer uma diferenciação entre as IFES. A "autonomia" universitária defendida pelo governo Figueiredo visava transformar algumas instituições em verdadeiros "centros de excelência", com verbas privilegiadas e voltadas predominantemente para a pesquisa. Na lista dos "excelentes", figuravam apenas universidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulc. As demais IFES, a exemplo da UFBa, tornar-seiam meras reprodutoras de conhecimento. A ANDES disse não ao GERES, mas o governo não desistiu de implantá-lo.

Cinco anos depois, em 90, a Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia lançou uma proposta para maior aplicação de recursos na pesquisa científica. Laboratórios Associados à Secretaria, previamente selecionados, teriam financiamento garantido por cinco anos, patrocinados por recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da contrapartida em igual valor do Governo brasileiro. O critério de seleção para os laboratórios, bastante subjetivo, era a "qualidade" do grupo de pesquisa envolvido. Mais uma vez, a ação do Sindicato Nacional impediu a criação dos "centros de excelência".



PUCRCE ASSEGUROU O CONCURSO PÚBLICO

A autonomia é fundamental para que a Universidade cumpra seu papel.



Foi preciso que o Movimento Docente entrasse em greve nacional para que professores e servidores técnico-administrativos conseguissem um plano de carreira. O Plano Único de Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), editado em julho de 87, possibilitou a regulamentação de muitos pontos importantes para a Universidade brasileira. Depois de muito esforço do MD, o governo definiu parâmetros para a contratação de professores visitantes e substitutos e instituiu a obrigatoriedade de concurso público para ingresso na carreira e para ascenção à classe de Titular. Também estabeleceu a isonomia salarial entre autarquias e fundações.

A UFBa foi uma das últimas IFES a regulamentar o PUCRCE. Em 1988 sequer um ponto do plano estava regulamentado, apesar das reivindicações da APUB. Na greve contra a nomeação de Rogério Vargens (março/abril 88), a regulamentação da lei virou uma das bandeiras. Porém, somente em setembro, depois de inúmeras manifestações, o reitor convocou o Conselho de Coordenação para dar início ao processo de regulamentação.

GRIPE

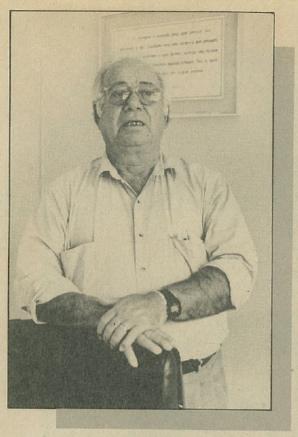
Em vez de conceder regimes de trabalho em dedicação exclusiva, o MEC manteve as 40 horas e inventou, no final de 87, uma estranha Gratificação Individual de Produtividade de Ensino (GRIPE), de 20%, para os docentes que assumissem uma carga horária mais alta. Uma nova investida de dividir as IFES em "escolões" de 3º, grau e "centros de excelência". O pretexto, como sempre, era "melhorar" a qualidade do Ensino Superior.

O Governo queria aumentar a produtividade das IFES, pelo crescimento da produção, aumentando a oferta de vagas nas Universidades sem novas contratações de professores e pequenos gastos adicionais. A ANDES-SN novamente reaglu à velha investida governamental.

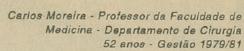
DIREITOS TRABALHISTAS DEFENDIDOS

Desde o final de 1989, a APUB-SSind conta com uma Assessoria Jurídica, que orienta a Diretoria sobre os mais diversos assuntos através de pareceres e formula estratégias jurídicas em reuniões com a Assessoria Jurídica Nacional da ANDES-SN e demais ADs. No plano individual, o assessor jurídico da APUB-SSind atende aos associados em consultas às terças e quintas-feiras pela manhã, tirando-lhes dúvidas sobre direitos trabalhistas decorrentes do vínculo com a UFBa/CEFET e acompanhando processos judiciais ou administrativos para assegurar esses direitos.

Além disso, ajuiza ações coletivas em nome dos associados e da entidade. Nestes quatro anos, a APUB-SSind entrou com várias ações coletivas na Justiça, obtendo vitórias nasvárias instâncias juridiscionais. No final do ano passado, por exemplo, a 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Salvador deu setença favorável à APUB-SSind na ação reivindicatória das perdas do "Plano Collor", condenando a UFBa a pagar um reajuste de 84,32%, retroativo a março de 90, com juros e correção monetária. A UFBa recorreu,



Guilherme Radel - Professor da Escola Politécnica Departamento de Hidráulica e Saneamento 63 anos - Gestão 1968/69

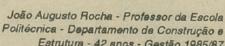


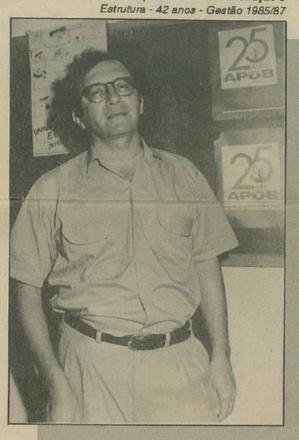


Ubirajara Rebouças - Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Filosofia - 56 anos - Gestão 1981/83



Joviniano Neto - Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de Ciência Política - 51 anos Gestão 1983/85

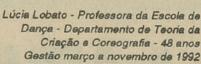




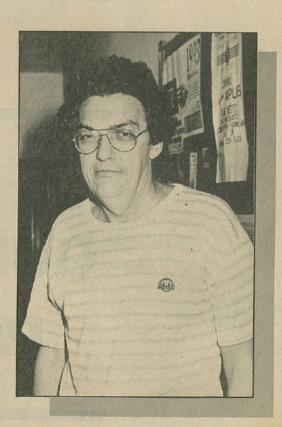
Sofia Olszeviski Filha Professora da Escola de Belas Artes Departamento de História da Arte e Pintura 49 anos - Gestão 1987/89



Eveline Gonçalves - Professora aposentada, Instituto de Letras - 51 anos Gestão 1989/92





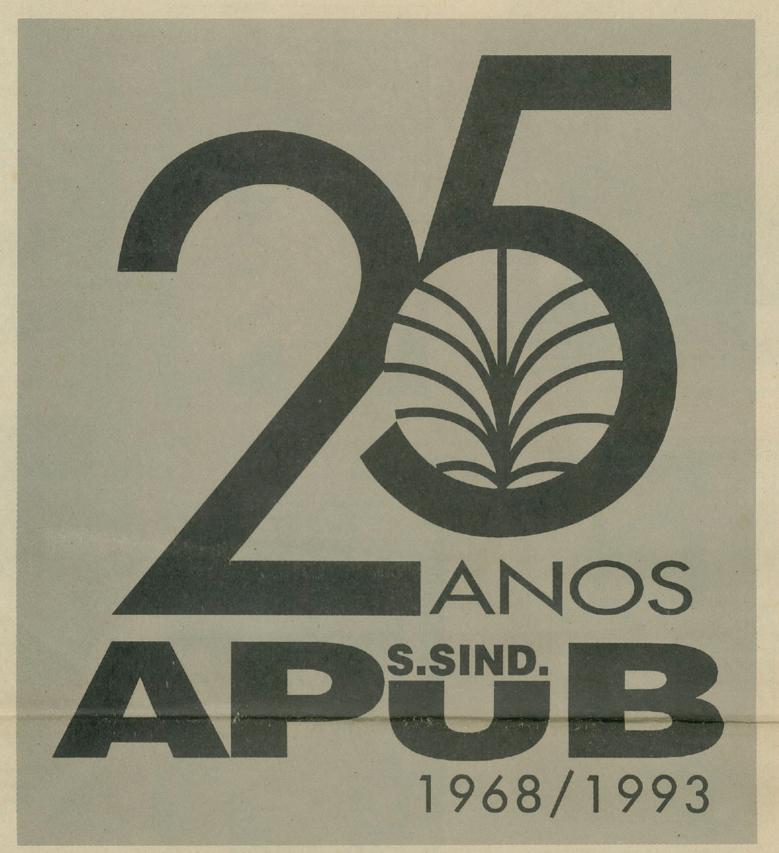


Israel Pinheiro - Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de Ciência Política 45 anos - Gestão 1992/94 (em curso)



BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DA BAHIA - SEÇÃO SINDICAL

Rua Padre Feijó, 49 - Canela - Salvador - Bahia Tel.: (071) 235 7433 Fax: (071) 235 7286



EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA

A APUB-SSIND
QUER ELEIÇÕES DIRETAS
PARA REITOR EM 94.1